

OS DESAFIOS DA PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE- TRABALHADOR E DO TRABALHADOR-ESTUDANTE NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

Lidiane Silva Torres¹
Ademir Hilário de Souza²
Ana Paula Borges de Souza³
Rosalee Santos Crespo Istoe⁴

RESUMO

O trabalho traz como base empírica algumas reflexões sobre a democratização do ensino superior para a classe trabalhadora, tomando por base a Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciência da Sociedade e Desenvolvimento Regional, em Campos dos Goytacazes (RJ). A pesquisa tem como pano de fundo compreender quais são os desafios enfrentados pelos estudantes-trabalhadores e trabalhadores-estudantes para permanecer na universidade, com destaque para os cursos noturnos ofertados pela Universidade, nos quais se encontram grande parte da classe trabalhadora. Entende-se que no processo sócio-histórico da educação superior no Brasil a universidade reproduz ainda hoje uma lógica elitista, e é neste contexto que a pesquisa nos conduz a construir uma base argumentativa, metodológica e analítica para entendermos: a) quais são os desafios enfrentados pela classe trabalhadora na universidade? b) e a realidade dos estudantes-trabalhadores e dos trabalhadores-estudantes diante do contexto inserido. Pudemos concluir que a compreensão dos desafios de permanência da classe trabalhadora na universidade pode ser favorecida pelo campo da sociologia da educação, ao verificarmos que mesmo com as políticas educacionais desenvolvidas nos últimos anos que transformaram a cara da universidade brasileira, a classe trabalhadora ainda enfrenta dificuldades para permanecer no ensino superior ao precisar conciliar trabalho e estudo revelando assim, a reprodução das desigualdades sociais na universidade.

Palavras-chave: Democratização, Ensino superior, Classe trabalhadora, Desigualdade educacional.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, em especial a partir dos anos 2000, o acesso ao ensino superior ganhou novas proporções, a entrada da classe popular na universidade significou a democratização do ensino superior. Com a implementação das novas políticas de educação

¹ Graduada pelo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense - UFF, lidiholly@hotmail.com;

² Mestrando do Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, ademirhilario@oi.com.br;

³ Graduada em Medicina pela Universidade Iguazu - UNIG borgesanapaula@oi.com.br;

⁴ Professora Orientadora: Doutora pelo Curso de Saúde da Criança e da Mulher da Fundação Oswaldo Cruz/RJ-UF, rosaleeistoe@gmail.com.

nas universidades públicas o acesso para a população que antes não sonhava em cursar uma universidade pública e agora pode sonhar, coloca em evidência um importante passo no processo sócio-histórico do ensino superior brasileiro. Tal processo de ampliação do acesso da classe trabalhadora ao ensino superior tem sido estudado por diversos autores e amplamente difundido, aqui destacamos Sposito (1984); Santos (2009); Flores (2017), como principais contribuídores para o nosso arcabouço teórico. Ao compreendermos o importante papel de destaque assumido pelas políticas públicas de educação no acesso das classes populares ao ensino superior que abordaremos os desafios e as problemáticas de permanência e vivência dos estudantes-trabalhadores e trabalhadores-estudantes na universidade.

Entendemos que tal processo emerge como uma verdadeira transformação na produção do conhecimento, ao possibilitar a classe trabalhadora o acesso ao conhecimento que antes era destinado somente a algumas parcelas da sociedade. No entanto, apesar do acesso das parcelas subalternas da sociedade no que se refere ao ensino superior, o sistema de ensino superior brasileiro ainda apresenta-se com uma lógica elitista ao considerarmos os desafios que os estudantes-trabalhadores e trabalhadores-estudantes enfrentam ao tentar conciliar trabalho e estudos.

Concordamos com Giroto (2017, p. 211) ao salientar que tais desafios enfrentados pela classe trabalhadora precisam ser levados em consideração e principalmente, problematizados para que possamos avançar na construção de um processo de democratização que significa garantir a todos os sujeitos e principalmente a classe trabalhadora a apropriação dos saberes científicos e conhecimentos construídos historicamente e que possam ser sujeitos nesse processo de construção. Ao entender que somente o acesso ao ensino superior não garante a permanência da classe trabalhadora na universidade, principalmente de jovens oriundos de outras regiões do Brasil que necessitam se inserir no mercado de trabalho ainda na graduação para permanecer na universidade, ou dos trabalhadores que agora são estudantes conciliando o trabalho com os estudos que o presente trabalho se propõe discutir os desafios enfrentados não somente em permanecer, mas na realidade vivenciada pelos alunos na Universidade.

Dentre os programas de educação implementados nas universidades destacamos o programa de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI) que recentemente completou dez anos no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense, pólo de Campos dos Goytacazes (RJ). De acordo com os dados do sistema de Identificação único da Universidade Federal Fluminense (IDUFF), os cursos ofertados no instituto recebem aproximadamente 120 alunos anualmente, sendo eles:

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

os cursos de Serviço Social, Psicologia, Economia, Licenciatura e Bacharel em História, Licenciatura e Bacharel em Geografia e Licenciatura e Bacharel em Ciências Sociais.

Num primeiro momento identificamos que grande parte dos estudantes dos cursos noturnos na UFF Campos são trabalhadores-estudantes ou estudantes-trabalhadores. Deste modo, considerando que grande parte dos cursos ofertados no turno da noite teve por objetivo democratizar o acesso da classe trabalhadora ao ensino superior, que identificamos nosso objeto de estudo, a realidade vivenciada pela classe trabalhadora nos cursos noturnos do instituto.

Neste contexto para responder as questões levantadas o eixo que nos guiou foi à coleção de alguns pressupostos metodológicos em autores referenciados no campo da sociologia da educação. O estudo teve como mirante de análise o caráter qualitativo, que tornou-se possível a partir da construção de diálogos com estudantes de três cursos do instituto (Serviço social, geografia e história). Isso nos possibilitou conhecer as diferentes realidades, práticas e vivências dos estudantes entrevistados na Universidade e seus desafios enfrentados.

Valemo-nos, também da pesquisa exploratória (GIL, 2008) ao considerarmos a interpretação dos fenômenos, uma vez que pretendemos proporcionar uma visão geral e mais ampla do objeto estudado de tipo aproximativo, em nosso caso uma aproximação geral da democratização do ensino superior das classes trabalhadora como uma primeira etapa de uma investigação mais específica do estudo de caso.

Portanto, os caminhos percorridos começaram com a a) revisão bibliográfica sobre a temática, b) pesquisa documental, no qual acessamos para a análise das políticas de educação na Universidade, dados junto a secretária de Assistência Estudantil, CAES e a acadêmica da UFF, em Campos, a Pró-reitoria de Graduação, PROGRAD e a coordenação de seleção Acadêmica da UFF, COSEAC. C) A pesquisa empírica, no qual quatro entrevistas nos possibilitaram conhecer a realidade vivida pelos estudantes-trabalhadores e trabalhadores-estudantes na universidade. Destacamos que duas dessas entrevistas aconteceram com dois trabalhadores da Universidade, um do setor de segurança da universidade e outra do setor de limpeza da Universidade. As entrevistas, portanto, tiveram: i) caráter informativo da trajetória e condições de vida, e ii) favoreceram nossa interpretação, na aproximação com o campo teórico, ainda que de forma precária.

Deste modo, interessa-nos, portanto, discutir e analisar quais os desafios enfrentados pelos estudantes-trabalhadores e trabalhadores-estudantes para permanecer e concluir os seus respectivos cursos.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Ensino Superior para quem?

Antes de elucidarmos a democratização do ensino superior na UFF Campos cabe-nos aqui, primeiramente, uma exposição do processo de democratização do ensino superior para a classe trabalhadora. As constatações de diversos estudos em relação ao processo sócio-histórico do ensino superior nos permitem compreender o sistema educacional e suas heranças que permanecem até os dias atuais. Ao debruçarmos no debate trazido pelo campo da educação, cabe destacar de acordo com os estudos realizado por Flores (2017) que o sistema de educação no ensino superior brasileiro revela o interesse tardio do governo em estabelecer universidades no país, o que conseqüentemente, revela o panorama elitista e seletivo das instituições nacionais de ensino superior, tanto quanto uma política híbrida de acesso com investimentos governamentais em instituições públicas que em sua grande parte atendia os interesses do seu tempo e também apenas o interesse de uma parcela da população. Nas palavras de Santos (2009), a trajetória das universidades brasileiras tem como marca a garantia e manutenção de privilégios a uma reduzida parcela da elite nacional.

Parece-nos que a ideia ainda hoje de uma universidade com uma lógica elitista e seletiva, é sustentada pela ideia da meritocracia escolar. Uma vez que historicamente a universidade era acessível apenas aos filhos das famílias com capital econômico e cultural se empreendermos em nossa análise a ideia de *capital cultural*⁵ formulada por Bourdieu. Recorrendo a Bourdieu (1980) os autores Oliveira e Santos (2017) colocam que o capital cultural é uma herança extremamente importante na vida do indivíduo, pois este irá influenciar no destino dos estudante no acesso ao ensino superior.

Cabe-nos aqui entender que a ideia da universalização da educação como direito garantido para todos de acordo com a Declaração Universal de Direitos Humanos em 1948 (Santos, 2009), ou até mesmo garantida na constituição de 1988, como direito de todos e dever do Estado, não foi contemplada à educação superior. Segundo Santos (2009) o que prevalece ainda é a lógica meritocrática. Tal constatação parece-nos revelar que as acentuadas desigualdades sociais no Brasil são reproduzidas no acesso desigual a educação. Ou seja, tal

⁵ Segundo Silva (1995, p. 24) a ideia de capital cultural formulada por Bourdieu é mais do que uma subcultura de classe, é tido como um recurso de poder que equivale e se destaca – no duplo sentido de se separar e de ter uma relevância especial – de outros recursos, especialmente, e tendo como referência básica, os recursos econômicos.

evidência coloca em reflexão o debate sobre o prisma da desigualdade educacional no processo sócio-histórico de acesso ao sistema de ensino superior no Brasil. Ao concordamos com Chauí (2003 p. 13) “*que existe uma enorme exclusão social e cultural dos filhos das classes populares que não têm condições de passar da escola pública de ensino médio para a universidade pública*”, entendemos que precisamos estabelecer como nas palavras de Santos (2009) “um diálogo crítico acerca dessa orientação meritocrática em relação a política de acesso ao ensino superior”.

Nas palavras de Bottoni; Sardano e Filho (2013) as acentuadas desigualdades na distribuição de renda no Brasil são determinantes para a problemática da educação, tal cenário evidenciava em 2009 que a taxa de estudantes matriculados no ensino superior não ultrapassava a faixa dos 15%. Em relação a outros países com taxas mais elevadas observava-se portanto, naquele momento segundo Costa; Costa e Barbosa (2013) que havia uma grande lacuna no acesso a educação superior, o que movimentou fóruns de discussão e debates com a entidades da sociedade civil sobre políticas educacionais colocando assim, em evidência as necessidades de acesso, expansão e democratização do ensino superior para todos e todas. É preciso destacar que as recentes políticas de educação no sistema de ensino superior no Brasil, é reflexo de lutas populares e reivindicações defendidas por alguns setores organizados da sociedade, pelas associações de professores e pelas organizações estudantis (SANTOS, 2009).

É diante deste panorama que uma série de programas foram então criados pelo governo visando a reformulação do sistema de ensino superior no Brasil, que ficou popularmente conhecida como *reforma universitária* (SANTOS, 2009). A expansão do ensino superior foi um dos principais pilares da reforma, dentre elas destacamos a expansão dos campi como parte da política de interiorização e expansão universitária para cidades pequenas e médias. Dentre os projetos criados pela política de educação do governo Lula, o REUNI tinha como objetivo “criar criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, Art. 1º).

Visivelmente, essas medidas do projeto REUNI, visavam ampliar o acesso as parcelas populares da sociedade desatendidas pelo sistema educacional. Em leituras feitas em Pachane e Vitorino (2015) entende-se que embora a educação enquanto direito social seja anterior ao governo Fernando Henrique Cardoso, para tal reflexão, consideramos aqui, a configuração da democratização do ensino superior no Brasil após os programas inseridos nas universidade públicas brasileiras. O programa REUNI, com o objetivo de criar condições para ampliação

do acesso e permanência dos estudantes na graduação, além de melhorar estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades, surge como reflexo a todo um processo histórico de políticas neoliberais de governos anteriores que visavam incentivar a lógica mercadológica e a provatização do Ensino Superior (PACHANE; VITORINO, 2015).

Ou seja, o programa REUNI representa para muitos, uma conquista histórica, ao possibilitar o acesso da classe trabalhadora e a uma parcela da população que nunca se imaginou nesses espaços a oportunidade de cursar uma universidade pública (PACHANE; VITORINO, 2015). De fato os dados mostram que a expansão do ensino superior no Brasil realmente ocorreu, pois segundo dados do Censo da Educação Superior de 2018, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019) entre 2008 e 2018, o número de matriculados no ensino superior continua crescendo, atingindo a marca de 8,45 milhões de alunos em 2018, o que significa um aumento de 44,6%. Segundo o mesmo documento a rede federal foi a única das categorias públicas que teve aumento de número de matrículas entre esse período de dez anos, totalizando 89,7% de matriculados (INEP, 2019).

No entanto, como já salientado anteriormente entende-se aqui que, somente o acesso não garante a permanência da classe trabalhadora na Universidade. Essa dupla condição de estudante e trabalhador é segundo Giroto (2017) uma das problemáticas mais relevantes a ser consideradas na discussão sobre o acesso da classe trabalhadora na Universidade. Segundo o autor Giroto (2017) baseado em Spósito e Andrade (1986) é a partir dessa dupla condição que os estudantes passam a se relacionar com o curso e com a própria universidade, considerando seus limites e possibilidades; pois é como trabalhador que ele frequenta as aulas e vê portanto, na universidade um desdobramento do mundo do trabalho: os trabalhos, as aulas, as faltas, horários, a falta de tempo para ler um texto e diploma como substituto do salário.

Tal desdobramento da dupla condição do estudante é nas palavras de Vargas e Paula (2013) a realidade atual dos estudantes. Pois se por um lado, tem-se o estudante-trabalhador que necessita trabalhar para se manter nos estudos, tem-se também o trabalhador-estudante como descrito por Vargas e Paula (2013) apoiadas em Foracchi (1977, p. 51). A condição de estudante-trabalhador, como salienta as autoras podem ser conjugados, pois existe o trabalho em tempo parcial quanto os cursos noturnos, o jovem então se desdobra entre essas duas atividades. Já a situação do trabalhador que estuda é diversa, pois nesse caso o acidente não é o trabalho mas o estudo, o estudo aparece como contingência, no qual o trabalhador escolhe o curso que não se incompatibilize com trabalho, ou seja, o trabalho faz com que o curso tenha importância acessória. No caso anterior, do estudante-trabalhador a necessidade de trabalhar

colocava o curso em plano secundário (VARGAS; PAULA, 2013). Abordaremos melhor a essa dupla relação no próximo fragmento.

A classe trabalhadora no ensino superior: Um estudo de caso na UFF de Campos

Uma importante discussão que atravessa nossas pesquisas acerca da permanência da classe trabalhadora na universidade, é a predominância de estudantes-trabalhadores e trabalhadores-estudantes matriculados nos cursos noturnos da UFF Campos. É evidente num primeiro momento que para conciliar a dupla condição os estudantes escolhem os cursos noturnos por causa das jornadas de trabalho durante o período diurno, e sem estes cursos uma grande parte não teria a oportunidade de cursar a universidade pública.

Abraçado pela UFF Campos, o programa REUNI iniciou no ano de 2009 e, completou recentemente 10 anos. A sua implantação nesta universidade, similar com o que aconteceu em outras universidades foi objeto de diferentes posicionamentos antagônicos na comunidade universitária como visto também nos estudos de Prestes, Jezine e Scocuglia (2012), e apesar dos múltiplos embates políticos a universidade se comprometeu com os objetivos do programa em ampliar o acesso e principalmente em criar novos cursos, implementando portanto, cinco novos cursos no polo de Campos. Segundo dados da UFF a universidade Federal Fluminense teve sua expansão para oito campi no interior do Estado do Rio de Janeiro. É importante destacar que no ano de 2017 os cursos de Geografia e História obtiveram nota máxima no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Se a expansão da universidade e o acesso para as camadas populares é um fato concreto, precisamos considerar discutir não somente o acesso da classe trabalhadora mas também, a permanência e a conclusão dos “novos” estudantes.

Ressaltamos que 50 % a 60% dos ingressantes na UFF Campos são de outras regiões do Brasil, atraindo portanto, estudantes de localidades periféricas do município, de diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro e de estados vizinhos. Muitos desses estudantes que residem em municípios vizinhos passam pelo fenômeno da migração pendular, no qual grande parte são trabalhadores em suas cidades e migram até Campos para estudarem nos cursos noturnos. Já os estudantes que chegam a Campos e não são selecionados no programa de bolsas da assistência estudantil da universidade precisam conciliar a dupla configuração do estudante no Brasil hoje, o estudante que necessita trabalhar para se manter na universidade.

De acordo com Vargas e Paula (2013, p. 467) “*o estudante que trabalha vive a fragmentação do estudante*”, o trabalho é feito de forma parcial e os estudos também são

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

feitos de forma parcial uma vez que o tempo para se dedicar a vida acadêmica o estudante precisa conciliar com o trabalho.

Um aspecto a ser destacado pelos entrevistados é que todos em algum momento da faculdade tiveram reprovações em alguma disciplina; ou por falta, ou por não conseguirem estudar devido ao tempo estar sendo dividido com o trabalho. Além disso, todos os entrevistados não cursam as disciplinas dos seus períodos vigentes, uma vez que já reprovaram ou não conseguem pegar todas as disciplinas dos seus cursos devido a carga horária de leitura e estudos limitada.

É preciso salientar que dos nossos entrevistados, dois são estudantes-trabalhadores e dois são trabalhadores-estudantes, a peculiaridade da segunda configuração é que são trabalhadores da própria universidade, um do setor de segurança e a outra do setor de limpeza. Tais sujeitos relatam que mesmo enquanto alunos da universidade o tratamento por parte dos professores ainda é o mesmo de quando estão prestando serviços para a universidade.

Parece que eles não gostam da gente aqui, eles sempre olham com cara de desprezo, sabe? A gente é igual a todo mundo aqui, não é porque trabalhamos aqui que não merecemos estar aqui. Tem professor que cumprimenta, mas tem outros que nem nos olham (ENTREVISTADO, 03).

Se por um lado a classe trabalhadora enfrenta os desafios em permanecer e de vivência de realidade diferente das suas, por outro lado, pontuemos que em direção oposta se encontra nas leituras feitas nas autoras Vargas e Paula (2013) estão os alunos “não-trabalhador” que configura o “estudante em tempo integral”. Diferente do “estudante em tempo parcial ou limitado” (que são as configurações analisadas neste trabalho), do estudante-trabalhador e o trabalhador-estudante. Liberado da obrigação de se sustentar, o estudante em tempo integral tem o privilégio de poder se dedicar totalmente aos estudos e assim, optar por carreiras que demandam de investimento de tempo (VARGAS; PAULA, 2013).

Em outro depoimento começamos a compreender os desafios enfrentados em permanecer na universidade e a luta contra a evasão dos estudantes. Muitos alunos que ingressam na universidade chegam ao ensino superior com uma enorme defasagem de conteúdos do ensino médio, um grande questionamento e desafio dos trabalhadores-estudantes é em relação às dificuldades com algumas disciplinas dos primeiros períodos. Com altas cargas de leituras muitos se deparam com uma realidade acadêmica no qual não estavam acostumados. Por isso logo no primeiro período enfrentam as dificuldades da reprovação.

A dificuldade com a linguagem acadêmica e a escrita acadêmica perpassou todas as nossas entrevistas. Se os estudantes que tem o tempo livre para se dedicar as leituras complexas das disciplinas já sentem dificuldades, para os trabalhadores oriundos de escolas públicas esse processo de assimilação dos conteúdos e aprendizado é ainda mais complexo e pode se tornar muito das vezes doloroso.

Outro questionamento relatado pelo trabalhador-estudante que cursa o 4º período de Bacharelado em Geografia é em relação ao trabalho de campo em algumas disciplinas como parte da interação entre teoria e a prática. Muitos trabalhos de campo acontecem em um período de três a cinco dias em alguma região do Brasil, dependendo da disciplina como, por exemplo: “geomorfologia geral” o trabalho de campo acontece no interior da Bahia, o que compreende aproximadamente dez dias de teoria e prática. No entanto, o depoente relata que como tem uma jornada de trabalho na própria universidade fica inviável participar dos trabalhos de campo das disciplinas ofertadas pelo curso de geografia: “da uma sensação de que você esta dentro, mas na esta né... pois você não tem tempo pra ler, se dedicar de fato integralmente como queria aos estudos, mas a gente faz o que pode né” (ENTREVISTADO, 04).

Já para o estudante-trabalhador que cursa o 7º período de história, o relato para permanecer em Campos e na universidade, parece-nos revelar as configurações de muitos alunos oriundos de outras regiões do Brasil, e que com o decorrer da faculdade precisam trabalhar para se manterem na cidade. O estudante relata que por precisar do emprego precisou trancar a faculdade por um semestre, pois não conseguia conciliar a jornada de trabalho de 10 horas com os estudos. É possível perceber a angustia na fala do depoente: “privilégio é não precisar trabalhar enquanto você precisa também estudar. Não é fácil você ser o primeiro da sua geração a entrar na faculdade, difícil não é entrar, difícil é permanecer e sair dali com seu diploma”.

A partir desses pontos acima já poderíamos talvez estabelecer um diálogo com o texto de Bourdieu; Champagne (2001), pois relata um processo de exclusão através da inclusão. Ou seja, a universidade é seletiva e exclui, como sempre, mas ela exclui hoje como nas palavras de Bourdieu; Champagne (2001) de forma continuada. É como dizer que a classe trabalhadora mesmo com o acesso ao ensino superior e a inclusão na universidade pública, ainda sofre com as desigualdades sociais dentro da universidade. O que poderíamos tomar emprestado à idéia de “excluídos do interior” para nos referirmos aos trabalhadores-estudantes e estudantes-trabalhadores na UFF Campos.

Há de fato, uma democratização do acesso ao ensino superior para as classes populares, e talvez a massificação do ensino. O projeto REUNI na UFF Campos possibilitou a inclusão das classes populares no ensino superior público, e isso é inegável. No entanto, não podemos deixar de considerar que apenas uma política de inclusão e acesso para essas camadas historicamente estigmatizadas e marginalizadas são suficientes para garantir a permanência e a conclusão dos seus respectivos cursos. É preciso pensar políticas que sejam de fato capazes de promover a democratização do ensino superior em todos os aspectos, desde a inclusão até a permanência e a conclusão do curso superior. Os relatos dos estudantes acima é possível perceber que os trabalhadores-estudantes e estudantes-trabalhadores perpassam por desafios cotidianos e enfrentam as desigualdades da sociedade também na universidade. O que gera-se assim, discussões futuras para pensarmos a consolidação do projeto de expansão nas universidades do interior. É possível pensar novas políticas que levem em consideração a permanência da classe trabalhadora no ensino superior? É possível pensar outro projeto político-pedagógico para a classe trabalhadora que chega na universidade já com as desigualdades sociais sobre os seus ombros?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entemos que a chegada das classe populares na universidade, em nosso caso destacamos a classe trabalhadora, representa uma enorme mudança no processo sócio-histórico do sistema de ensino superior no Brasil. Em nossas perspectivas é preciso pensar políticas de permanência para a classe trabalhadora sob a perspectiva da justiça social e da equidade, uma vez que nem sempre as políticas estudantis promovem a permanência dos estudantes na universidade.

Na ideia da materialização da democratização do ensino superior é preciso reconhecer e exigir políticas não só de educação, mas também políticas econômicas e sociais que promovam de fato o rompimento das barreiras da desigualdade na sociedade brasileira. Modificar essa lógica da desigualdade educacional no ensino superior é pensar formas de modificar as estruturas da sociedade brasileira.

Deste modo, podemos concluir que a compreensão dos desafios de permanência dos estudantes-trabalhadores e dos trabalhadores-estudantes no ensino superior, em específico na UFF Campos pode ser muito favorecida pelos estudos da sociologia da educação. Portanto, identificamos que: a) os entrevistados enfrentam múltiplos desafios ao longo da graduação; b) o conceito de “capital cultural” nos ajuda a compreender como o discurso meritocrático se

materializa ainda no acesso ao ensino superior revelando as desigualdades educacionais; c) as narrativas na verdade revelam o próprio desafio das políticas de educação quando levamos em consideração, a permanência, a evasão e a conclusão dos cursos pela classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. **Gestão universitária: os caminhos para a excelência. Porto Alegre: Penso**, p. 19-42, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 6096 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais -14 REUNI. D.O.U, Brasília, 25 abr. 2007.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos no interior. **Pierre Bourdieu: escritos de educação**, v. 4, 2001.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. V.24, n.1, 2003.

COSTA, Danilo de melo; COSTA, Alexandre Marino; BARBOSA, Francisco Vidal. Financiamento público e expansão da educação superior federal no Brasil: o REUNI e as perspectivas para o REUNI 2. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 1, p. 106-127, 2013.

FLORES, Sharon Rigazzo. A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da Colônia a República. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 2, p. 401-416, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. A classe trabalhadora vai à universidade: análise das implicações político-pedagógicas a partir dos dados do Departamento de Geografia-USP. **Revista da ANPEGE**, v. 13, n. 20, p. 209-235, 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019.

OLIVEIRA, Gabriela Cristina de; SANTOS, Rodrigo dos. O capital cultural na educação: uma análise sobre o desempenho escolar. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro SP, v.4 n.1 2017. Disponível em: http://repositorio.unifafibe.com.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/328/2017_GCO.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: Set, 2019.

PACHANE, Graziela, Giusti ; VITORINO, Bruna de Melo. A Expansão do ensino superior no Brasil pelo programa REUNI: democratização da formação universitária ou apenas uma ambivalência legal?. **Poiésis**, v. 9, n. 16, 2015.

PAULA, Maria Fátima Costa de ; VARGAS, Hustana Maria. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 18, n. 2, 2013

PRESTES, Emília Maria da Trindade; JEZINE, Edineide; SCOCUGLIA, Afonso Celso. Democratização do ensino superior brasileiro: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Lusófona de Educação**, n. 21, p. 199-218, 2012.

SANTOS, Bruno Lima Patrício dos. A representação do REUNI no debate do ensino superior enquanto direito. **Educação em Revista**, v. 10, n. 1, p. 29-44, 2009.